

SUBJETIVAÇÃO MORAL E PODER: CONTRIBUIÇÕES FOUCAULTIANAS PARA A SOCIOLOGIA DA MORALIDADE

SUBJETIVACIÓN MORAL Y PODER: CONTRIBUCIONES FOUCAULTIANAS A LA SOCIOLOGIA DE LA MORALIDADE

MORAL SUBJECTIVATION AND POWER: FOUCAULTIAN CONTRIBUTIONS TO SOCIOLOGY OF MORALITY

Alyson Thiago Fernandes FREIRE¹

RESUMO: Este artigo discute a sistematização teórico-metodológica proposta por Michel Foucault para estudar a moral. Com intuito de extrair lições e subsídios para a pesquisa sociológica das moralidades, em especial para fundamentar a noção de subjetivação moral, sustenta-se que os estudos tardios foucaultianos aportam uma perspectiva praxiológica capaz de conectar moralidade, agência e poder.

PALAVRAS-CHAVE: Michel Foucault. Moralidade. Subjetivação. Sociologia da moral. Teoria Social.

RESUMEN: *Este artículo discute la sistematización teórica y metodológica propuesta por Michel Foucault para estudiar la moral. Con el fin de extraer lecciones y subsidios para la investigación sociológica de la moralidad, especialmente para apoyar la noción de subjetivación moral, se argumenta que los últimos estudios foucaultianos proporcionan una perspectiva praxiológica capaz de conectar la moralidad, la agencia y el poder.*

PALABRAS CLAVE: *Michel Foucault. Moralidad. Subjetivación. Sociología de la moralidade. Teoría social.*

ABSTRACT: *This paper discusses the theoretical and methodological systematization proposed by Michel Foucault to study morality. In order to extract lessons and subsidies for sociological research on moralities, especially to ground the notion of moral subjectivation, it is argued that late Foucauldian studies provide a praxeological perspective capable of connecting morality, agency, and power.*

KEYWORDS: *Michel Foucault. Morality. Subjectivation. Sociology of morality. Social theory.*

¹ Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN), Mossoró – RN – Brasil. Professor de Sociologia. Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Sociologia (UFPB). Mestre em Ciências Sociais (UFRN). ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6673-6289>. E-mail: alyson.freire@ifrn.edu.br

Introdução

Além do recuo temporal para a Antiguidade clássica e para os primeiros séculos do cristianismo, os trabalhos derradeiros de Michel Foucault na década 1980 realizam um segundo e relevante movimento. O filósofo francês abre sua “genealogia do sujeito na civilização ocidental” em direção a uma nova trilha das práticas sociais humanas (FOUCAULT, 2006a, p. 95), qual seja: a moral.

Os volumes subsequentes à *Vontade de saber*² (1988) destacam-se por essa nova e inquietante preocupação com o papel da moral na história dos modos de subjetivação e das formas de governo criados nas sociedades do Ocidente. Em seus últimos estudos, Foucault está interessado em entender como a atividade sexual foi constituída enquanto “problema moral” – uma questão, à primeira vista, peculiar, mas de amplos desdobramentos histórico-políticos. Sobre esses estudos acerca das moralidades dos prazeres, escreve: “Se fosse pretensioso, daria o título ao que faço de: genealogia da moral” (FOUCAULT, 2006b, p. 174).

Portanto, o consagrado giro para o problema da subjetividade, que diversos especialistas na obra de Foucault sublinham, está estreitamente vinculado a esse súbito interesse teórico e empírico do filósofo com o tema da moralidade. Em Foucault, a moral é pensada como um campo histórico-cultural de problematização³ da conduta humana. Como tal, ela pode abranger diferentes dimensões da experiência humana e, dessa maneira, comportar diferentes níveis analíticos para o trabalho de pesquisa. Seu maior interesse, como se verá neste artigo, recai sobre o que o filósofo nomeia como “ética” – que constitui, no esquema geral do seu pensamento, um terceiro domínio dos modos de objetivação do ser humano em sujeito em nossa cultura⁴.

Neste artigo, apresento a sistematização teórico-metodológica proposta por Foucault para estudar a moral com o intuito de extrair contribuições e subsídios para a pesquisa sociológica das moralidades. Sustento o argumento de que a análise foucaultiana da moralidade fornece uma perspectiva praxiológica que aporta, ao menos, duas contribuições e avanços pertinentes para o campo da sociologia da moral: primeiro, um contraponto aos

² *L'usage des plaisirs* traduzido no Brasil como *O uso dos prazeres* (1984a), *Le souci de soi*, traduzido como *O cuidado de si* (1985) e, por último, *Le aveux de la chair*, traduzido como *As confissões da carne* (2020), quarto volume, publicado postumamente.

³ Esse conceito não se refere às representações sociais sobre um objeto preexistente. Por problematização, Foucault quer dizer “o conjunto de práticas discursivas e não discursivas que faz alguma coisa entrar no jogo do verdadeiro e do falso e o constitui como objeto para o pensamento (seja sob a forma da reflexão moral, do conhecimento científico, da análise política etc.)” (FOUCAULT, 2006c, p. 242).

⁴ Os outros dois domínios referem-se à constituição como sujeitos de conhecimento através de relações com a verdade e à constituição dos sujeitos, agindo uns sobre os outros, através de relações de poder (FOUCAULT, 2014a, p. 223).



entendimentos mais holistas, culturalistas e cognitivistas da moral; e, segundo, a conexão entre moralidade, agência e poder a partir de uma teoria da prática sobre a subjetividade moral.

Sociologia da moralidade

O interesse da sociologia pelo fenômeno da moral não é uma novidade. As sociologias de Emile Durkheim, Max Weber e Talcott Parsons atestam cabalmente esse interesse precípuo, ao ponto da sociologia se confundir com uma ciência da vida moral (ABEND, 2010). Em todos eles, encontra-se o problema dos valores, das normas e da moralidade enquanto uma condição necessária e privilegiada para estudar a vida social humana e a história de suas transformações. No entanto, apesar do interesse e da marcante presença da moralidade e dos valores como tópico sociológico nos clássicos, não há propriamente uma sociologia da moralidade neles.

Ao contrário do que ocorreu em outras áreas, como a antropologia, a psicologia, a filosofia social e até mesmo a neurociência e a biologia, o interesse com o tema da moral na sociologia passou por um hiato temporal. Pode-se falar, aliás, de perda do status privilegiado que outrora a moralidade usufruía como problema chave da disciplina. Sua identificação com o funcionalismo parsoniano, que esteve ao longo da segunda metade do século XX sob cerrada e intensa crítica na sociologia, principalmente nos EUA, é um dos fatores explicativos para o ostracismo do tema na disciplina (HITLIN; VAISEY, 2010, p. 53).

Enquanto especialidade disciplinar, a sociologia da moralidade só emergiu, de fato, recentemente, desenvolvendo-se entre o final dos anos 1980 e começo dos anos 2000 (ABEND, 2008). É, nesse sentido, um campo “redescoberto” pela sociologia (McCAFFREE, 2016).

Sob a influência de alguns trabalhos de outras áreas, em particular da filosofia social e política, sociólogas e sociólogos voltaram novamente suas atenções para as dimensões morais dos fenômenos sociais e para o lugar dos valores na experiência cotidiana das pessoas. Os enfoques sociológicos mais recentes acerca da moralidade tentam definir uma mudança de escala e tratamento em relação à perspectiva dos clássicos acerca da moralidade (ABEND, 2010). Com o intento de renovar sua abordagem e explicação (HITLIN, 2015), o papel dos valores e das normas morais na internalização, integração e consenso social perde sua centralidade, assim como a dependência da moral em relação à lógicas de ação estratégica e de dominação subjacentes. Em seu lugar, ganham prioridade analítica os contextos e os



processos socioculturais heterogêneos que constituem as pressuposições, os significados e os sistemas morais que moldam e orientam indivíduos, grupos e organizações em suas percepções, relações, interações e padrões de comportamento em termos de valores, avaliações, obrigações e compromissos nos mais diversos domínios da interação social (HITLIN; VAISEY, 2010).

Nesse sentido, ao contrário de uma perspectiva macrosociológica e estrutural, privilegia-se um tratamento de orientação microsociológica, contextualista e estratificada da moralidade. Esta é estudada tanto como variável independente quanto como variável dependente dos fenômenos sociais. Ou seja, busca-se elucidar os seus diversos níveis de relacionamento e de determinação com fatores variados de ordem histórica, econômica, cultural, política e institucional (HITLIN; VAISEY, 2010).

Entre a variedade de tópicos de reflexão e pesquisa no campo das moralidades⁵, a questão das dimensões morais das relações de poder constitui, conforme o mais importante manual de divulgação e balanço da área, um dos mais destacados e relevantes temas (HITLIN; VAYSEY, 2010, p. 08). Nessa seara, duas perspectivas são bastante influentes e utilizadas para apreender a dinâmica e os nexos entre moralidade e poder, são elas: a “sociologia pragmática da crítica e dos regimes de ação”, cujos expoentes são Boltanski e Thevenot (1991), e a sociologia cultural de inspiração bourdieusiana da socióloga canadense Michèle Lamont (2000; 1992) com suas pesquisas com respeito ao problema das fronteiras morais entre as classes sociais e outras coletividades⁶.

Na primeira abordagem, moralidade e poder são entendidos como processos discursivos interrelacionados às “lutas de justificação” em que as práticas e relações humanas ordinárias estão, irremediavelmente, implicadas nas mais diversas situações cotidianas e públicas de controvérsia e divergência. Para Boltanski e Thevenot (1991), as pessoas comuns, em diferentes contextos de interação e a partir de uma pluralidade de princípios de valor, invocam, avaliam e contrapõem razões morais e visões de bem comum diversas para justificar, questionar ou confirmar a legitimidade de determinados arranjos coletivos e seus consensos provisórios.

⁵ Para um balanço bibliográfico mais detalhado acerca da sociologia da moralidade, ver: BRITO, Simone Magalhães; FREIRE, Alyson Thiago Fernandes; FREITAS, Carlos Eduardo. Sociologia da moral: temas e problemas. In: FAZZI, Rita de Cássia; LIMA, Jair Araújo. **Campos das Ciências Sociais**: figuras do mosaico das pesquisas no Brasil e em Portugal. Petrópolis, RJ: Vozes, 2020, p. 481-497.

⁶ Os estudos de pânico moral, cruzadas morais e escândalos e, por outro, ainda que mais forte e recorrente na antropologia, os estudos das tecnologias de governo são outros exemplos importantes de perspectivas que se preocupam em articular moralidade e poder. Para maiores detalhes consultar o texto *Sociologia da moral: temas e problemas* (BRITO; FREIRE; FREITAS, 2020).



Em outras palavras, poder e moralidade coexistem de maneira agonística nos contingentes acordos normativos que sustentam o mundo social, principalmente nos momentos críticos e provas por meio dos quais este último, em seus diferentes domínios, é posto em xeque quanto aos seus princípios de validade e justificação. Ambos, portanto, podem-se dizer, são partes inerentes das relações intersubjetivas e da capacidade de agir e intervir das pessoas na construção e transformação do mundo social (BOLTANSKI; THEVENOT, 1991).

Na segunda abordagem, por sua vez, moralidade e poder se interligam como processos culturais por meio dos quais grupos autocompreendem suas identidades e diferenças em relação à outros grupos, estabelecendo e justificando distinções e desigualdades materiais e simbólicas entre si. Para Michèle Lamont (2000; 1992), as relações sociais são atravessadas por padrões de avaliação com cujos significados e representações, disponíveis na forma de repertórios culturais compartilhados e estratificados, as pessoas desenham e instituem “fronteiras morais” entre elas. Os valores e as crenças morais são, com efeito, conteúdos cruciais para dar sentido às identidades, hierarquias e as fronteiras de classe, raça, gênero e nacionalidade. As lógicas morais fundamentam e legitimam a produção de diferentes lógicas de poder e dominação, tais como as de superioridade e inferioridade e de discriminação e estigmatização, assim como também atuam nas maneiras e respostas construídas e mobilizadas no enfrentamento e contestação dessas últimas (LAMONT, 2000; 1992).

Consideradas em seu conjunto, esses dois enfoques apresentam, em diferentes graus, alguns déficits e sobredeterminações, que, a meu ver, a análise foucaultiana da moralidade pode contribuir para calibrar. Embora competentes para identificação e descrição das linguagens, regras e regularidades do discurso moral, assim como sua situacionalidade, relacionalidade e efeitos, eles sobredeterminam certas dimensões, como o papel da reflexividade e do simbólico, sem vinculá-las a um outro ponto fundamental da ação moral, a saber: a produção do sujeito moral.

Como tentarei demonstrar, Foucault desenvolve uma abordagem praxiológica da moral. Nela, as práticas constitutivas da subjetividade, em um dado contexto sociocultural e histórico, figuram no centro da análise da experiência moral. É por meio delas que o filósofo busca examinar e compreender como os indivíduos produzem a si mesmos como sujeitos morais e, ao mesmo tempo, sujeitam-se a certos tipos de poder e instituições.

Sua genealogia das tecnologias de subjetivação moral ainda não recebeu a devida atenção quanto ao seu potencial teórico para a pesquisa sociológica da moralidade, especialmente na produção das ciências sociais brasileiras - em que predominam as perspectivas de inspiração interacionista e pragmática, com forte inclinação para a sociologia



da “economia dos regimes de justificação” de Luc Boltanski e Laurent Thevenot (FREIRE, 2013; WERNECK, 2016; WERNECK; OLIVEIRA, 2014)⁷. Este artigo procura colaborar, portanto, para aumentar o interesse de sociólogas e sociólogos nas contribuições da “genealogia da ética” de Foucault para a pesquisa sociológica das moralidades – algo que a antropologia já tem assinalado e colocado em prática há algum tempo (FAUBION, 2011; LAIDLAW, 2002).

Foucault redescobre a questão moral

A atenção foucaultiana pela questão moral se deve, sobretudo, às implicações e exigências teórico-empíricas que a reavaliação do seu projeto inicial de uma história da sexualidade, colocaram para o filósofo francês. Antes disso, as passagens em que Foucault dedicou-se a tratar diretamente questões relacionadas ao tema da moralidade são raras e bastante marcadas por sua crítica ao humanismo moderno. Com respeito às modificações do projeto de uma história da sexualidade, o autor é categórico a propósito do novo patamar que a dimensão moral adquiriu em seu trabalho: “Eu tentei reequilibrar todo o meu projeto em torno de uma questão simples: por que se faz do comportamento sexual uma questão moral, e uma questão moral importante?” (FOUCAULT, 2014a, p. 216).

Investigar as transformações na constituição do sujeito em relação à sexualidade o conduziu para um campo de experiência em que a arqueologia do saber e a analítica dos dispositivos de poder pareciam insuficientes para esclarecer. Até então, a obra de Foucault tinha como principal preocupação examinar como, no Ocidente moderno, o sujeito foi formado e disciplinado pela produção de discursos de verdade e por estratégias de saber-poder. A partir do final da década 1970, o desafio intelectual que para ele começa a se impor passa a ser de outra ordem: não mais o de relacionar sujeito e verdade, e a sexualidade em especial, à emergência e funcionamento de dispositivos de poder, senão às maneiras pelas quais os indivíduos preocupam-se e tentam governar e moldar suas existências, desejos e condutas enquanto uma “relação do ser consigo mesmo” – *rapport à soi* (FOUCAULT, 1984a, p. 10).

⁷ Por outro lado, esforços para construir perspectivas alternativas no estudo dos valores e moralidades têm sido realizados no país. Cumpre mencionar alguns deles: Edmilson Lopes Junior (2010) a partir dos aportes da sociologia econômica de Mark Granovetter; Simone Brito (2019; 2011), que tem se apoiado em Theodor Adorno e Zygmunt Bauman, assim como empregado a sociologia figuracionista de Norbert Elias; e, por último, Carlos Eduardo Freitas (2018), que em sua tese de doutoramento construiu seu quadro analítico a partir da teoria da agência e da identidade moral de Charles Taylor e da sociologia da gênese dos valores de Hans Joas.



Pode-se constatar esse esforço de reformulação e a preocupação do filósofo com a questão moral em seus cursos no *Collège de France* dos anos 1980, nas palestras e entrevistas⁸ desse período e, por último, no próprio material histórico e documental que Foucault começou a pesquisar com mais afinco e interesse: “O campo que analisarei é constituído por textos que pretendem estabelecer regras, dar opiniões, conselhos, para se comportar como convém” (FOUCAULT, 1984a, p. 15). Especialmente na análise de como cultura greco-latina problematiza as condutas sexuais, Foucault examina um tipo de literatura moral: textos filosóficos, tratados de existência, manuais de conduta, reflexões sobre a arte de viver, uma série de escritos elaborados por filósofos, médicos e moralistas das culturas helênica e romana.

Não é por acaso que, discorrendo acerca do lapso temporal entre os volumes de história da sexualidade, o filósofo francês responde que se trata, agora, de estudar o “nascimento de uma moral, de uma moral uma vez que ela é uma reflexão sobre a sexualidade, sobre o desejo, o prazer” (FOUCAULT, 2004, p. 241).

Estudar a moral: das regras à constituição do sujeito

Na programática introdução do *Uso dos prazeres*, Foucault (1984a) afirma que o seu trabalho sobre as práticas de austeridade sexual do mundo antigo lhe trouxe uma inesperada e instigante surpresa, qual seja: um sentido peculiar e distinto de moral quando comparado ao entendimento moderno e sua ênfase na universalidade de um código.

Nas teorias modernas da moralidade, sustenta Foucault, existe uma importante questão negligenciada. Ele está se referindo a um componente crucial da vida moral, o qual, a seu ver, é analiticamente distinto das regras, valores, princípios e códigos morais. Trata-se das práticas por meio das quais os indivíduos buscam transformar a si mesmos, suas atitudes e hábitos, em um modo de ser moral culturalmente valorizado e pessoalmente significativo (FOUCAULT, 1984a).

Com isso, Foucault quer chamar a atenção para o fato de que na história da moral não há apenas códigos e discursos de proibições e advertências. Nela, pode-se encontrar também a

⁸ Os cursos *Subjectivité et vérité*, de 1980-81, *L'hermeneutic du sujet*, de 1981-82, *Le gouvernement de soi et des autres*, de 1982-83 e *La courage de la vérité*, de 1983-84. Entre as entrevistas, pode-se mencionar: *Sobre a genealogia da ética: resumo de um trabalho em curso*, realizada e publicada em inglês em 1983 (FOUCAULT, M. On the Genealogy of Ethics, An Overview of Work in Progress. In: DREYFUS, H., RABINOW, P. **Michel Foucault**. Beyond Structuralisme and Hermeneutics. 2. ed. Chicago, The University Chicago Press, 1983, p. 229-252) e a *A ética do cuidado de si como prática da liberdade*, realizada e publicada em 1984 (FOUCAULT, M. À propos de la généalogie de l'éthique, un aperçu du travail en cours. In: DREYFUS, H.; RABINOW, P. **Michel Foucault**: un parcours philosophique. Paris, Gallimard, 1984b. p. 322-346).

existência de uma variedade de práticas e técnicas históricas norteadas pela preocupação em moldar a existência e as maneiras de ser através de uma relação moral e reflexiva com as próprias condutas, pensamentos, enfim, consigo próprio. Uma relação, frisa Foucault, dedicada à produção de determinadas disposições e formas morais de ser, sentir e viver enquanto condição indispensável para atingir certos estados ideais e realizar concepções estimadas de pessoa e de vida plena.

Como se pode notar, no campo das tradições da filosofia moral, Foucault está mais próximo das preocupações da ética das virtudes (MACINTYRE, 2001) do que do utilitarismo (MILL, 2005) e da deontologia (KANT, 2013). Isto é, da questão do que significa ser virtuoso e agir segundo uma concepção valorizada de bem do que da questão abstrata a propósito da descoberta e fundamentação de critérios para definir o que é uma ação correta. Desse modo, ele tenta incluir no campo da reflexão e pesquisa sobre a moral um problema teórico e empírico singular: “as formas e as modalidades da relação consigo através das quais o indivíduo se constitui e se reconhece como sujeito” (FOUCAULT, 1984a, p. 10). Propõe, assim, um deslocamento de ênfase na investigação da vida moral: em vez de simplesmente os sistemas e códigos normativos e avaliativos que informam ao longo do tempo e do espaço um dado campo de conduta, de raciocínio e de relações, as experiências morais e práticas de produção das formas de ser moral em contextos histórico-culturais específicos.

Para Foucault (1984a, p. 26-7), pode-se distinguir três níveis de fenômenos característicos da moral enquanto campo de investigação. São eles: “código moral”, “moralidade dos costumes” e “ética”. Esses três níveis, embora distintos, definem-se em termos de sua relação com a dimensão das condutas.

O primeiro nível diz respeito às regras, prescrições e aos regulamentos aplicados por instituições diversas (família, escola, templos religiosos). Trata-se do conjunto de valores e normas propostos aos indivíduos e grupos para a determinação e organização do campo de suas condutas, assim como as instituições e as relações de poder que sustentam seu funcionamento, desenvolvimento histórico, suas mudanças, desaparecimento (FOUCAULT, 1984a, p. 25).

O segundo nível é o da “moralidade dos costumes”. Este refere-se, por sua vez, aos comportamentos reais dos indivíduos para com os códigos e prescrições morais que lhes são impostos. Ou seja, como se portam em relação às regras e valores morais: submissão, respeito e obediência, resistência, negligência, transgressão, cinismo. O estudo desse aspecto da moral deve se ater às maneiras como “os indivíduos ou os grupos se conduzem em referência a um



sistema prescritivo que é explícita ou implicitamente dado em sua cultura [...]” (FOUCAULT, 1984a, p. 25).

Por último, Foucault considera que o estudo da moral comporta, ainda, um terceiro nível, a “ética”. Muito embora, trate-se de uma dimensão bastante importante ao longo da história da moral, ela ainda tem sido pouco estudada. Quando Foucault fala de “ética”, ele não quer dizer por isso o comportamento de adesão à princípios e normas que proferem como agir e que conduta adotar, e sim, muito mais, o modo de relacionamento cultivado para consigo mesmo com o propósito de agir e ser de uma determinada maneira. Por ética, entende, na verdade, o trabalho reflexivo e moralmente engajado para constituir a si próprio como um certo tipo de sujeito moral.

A ética é, portanto, uma forma de subjetivação, a qual pode ser melhor qualificada em sua especificidade como subjetivação moral, isto é, as maneiras e práticas pelas quais indivíduos e grupos agem sobre si próprios, e de forma consistente com padrões, aspirações e concepções morais compartilhadas e organizadas, para constituírem a si mesmos como determinados sujeitos morais. A ética, nesse sentido, versa acerca das formas e modalidades históricas de criação de modos de vida e de elaboração da conduta, pois “uma coisa é uma regra de conduta; outra, a conduta que se pode medir a essa regra. Mas, outra coisa ainda é a maneira pela qual é necessário ‘conduzir-se’” (FOUCAULT, 1984 a, p. 26).

Nesse sentido, a pergunta de partida para estudar a moralidade não se dirige aos conteúdos dos códigos e das normas que regem e orientam a ação moral. Ela parte da seguinte indagação: quais são as práticas morais e as técnicas cotidianas que indivíduos e grupos empregam sobre si mesmos para tornarem-se um certo de tipo de pessoa e sujeito? Trata-se, então, de jogar luz acerca de como uma determinada produção do sujeito moral é posta em prática e quais são suas qualidades, sentidos, atividades:

[...] o indivíduo circunscreve a parte dele mesmo que constitui o objeto dessa prática moral, define sua posição em relação ao preceito que respeita, estabelece para si um certo modo de ser que valerá como realização moral dele mesmo; e, para tal, age sobre si mesmo, procura conhecer-se, controla-se, põe-se à prova, aperfeiçoa-se, transforma-se (FOUCAULT, 1984a, p. 28).

Portanto, o sujeito moral não existe sem um trabalho de subjetivação moral, sem os indivíduos colocarem em ação um conjunto de atividades cotidianas pelas quais, com esforço e repetição, observam-se, interpretam-se, avaliam-se, corrigem-se, controlam-se e tentam moldar a si mesmo. Por isso, estudar a vida moral de grupos e sociedades exige pesquisar as formas de atividades sobre si empregadas para produzir um determinado sujeito moral, as

quais, escreve Foucault, “não são menos diferentes de uma moral a outra do que os sistemas de valores, de regras, e de interdições” (FOUCAULT, 1984a, p. 29).

Foucault busca ampliar o escopo do que se entende por “moral”, colocando-a para além do problema da obrigação e da regra, isto é, da internalização subjetiva e da conformidade da ação para com um código de valores e de normas abrangente exterior. Pesquisar o campo das moralidades significa tentar apreender os processos de constituição do sujeito moral, conduzidos por determinadas práticas, tecnologias, aspirações e relações que tomam a subjetividade como uma matéria viva e plástica sobre a qual é possível e desejável exercer e cultivar uma ação moral produtora, modeladora e transformadora de certas disposições, modos de ser e maneiras de viver.

O trabalho moral: tecnologias e práticas

Foucault analisa as éticas antigas a partir de um conjunto de textos e manuais prescritivos de caráter filosófico, médico e religioso. Neles, o filósofo observou a centralidade de um tipo de trabalho prático que os indivíduos devem se dedicar se quiserem se tornar sujeitos morais de suas condutas, em especial em sua relação com os prazeres. Nesses textos, que formam o material histórico dos seus últimos cursos e livros, uma série variada de práticas e exercícios se sobressai, tais como autoexame da consciência, retiros, exercícios de resistência diante de prazeres, correspondências para si e para os outros, meditação, provações físicas de abstinência, anotações e interpretações dos sonhos, passeios reflexivos, penitências públicas, confissões de faltas, entre outras (FOUCAULT, 1984a).

Essas práticas e exercícios são atividades que são adotadas pelos indivíduos para que eles próprios possam agir sobre si mesmos. Elas integram um processo de treinamentos e de procedimentos refletidos, elaborados e sistematizados cuja razão de ser é construir e modificar o próprio modo de ser dos indivíduos e, desse modo, põem em ação o que Foucault (2016, p.267) nomeia como “técnicas de si” ou “tecnologias de si” quer dizer: “procedimentos, que sem dúvida existem em toda civilização, que são propostos ou prescritos aos indivíduos para estabelecerem sua identidade, mantê-la ou transformá-la em função de certos fins, e isso graças a relações de domínio de si sobre si ou de conhecimento de si por si”.

Pode-se afirmar que, para Foucault, os seres humanos não são apenas “animais que interpretam a si mesmos”, como escreve o filósofo canadense Taylor (1985, p. 45). Os seres humanos são animais que, engajados em interpretar e modificar suas condutas, produzem a si mesmos. Tornam-se sujeitos ao tentarem, por meio de certas atividades e procedimentos,



alcançar maneiras de ser e agir moralmente valorizadas. Em suma, são animais capazes de constituir sua subjetividade⁹.

No que interessa a esse artigo, o argumento é de que o conceito de técnicas de si (FOUCAULT, 2014b) é uma das principais ferramentas conceituais para analisar a moralidade sob ponto de vista da prática e das formas históricas de constituição do sujeito moral. Com o conceito de técnicas de si, a constituição do sujeito moral pode ser analisada enquanto um trabalho de autoconstituição de si. Sobre o papel dessas técnicas no campo moral, Foucault (2006c, p. 244) é categórico: “Não acredito que haja moral sem um certo número de práticas de si”.

O trabalho de subjetivação moral exige intenso engajamento moral, reflexivo e prático do indivíduo consigo mesmo. Deve-se, observa Foucault, estruturar sua relação consigo como uma prática. Essa abordagem da moral, mais atenta às práticas e formas particulares de relação consigo suscita, penso, relevantes ganhos analíticos.

Em primeiro lugar, ela finca a moral, os sistemas de valores e normas dos comportamentos, no campo das práticas e da subjetividade, deslocando-a de entendimentos holistas e culturalistas que a reificam enquanto uma esfera simbólica de valores e representações autônoma ou hiperdeterminada. O esforço foucaultiano, nesse sentido, é estabelecer o fenômeno da moralidade nos termos da relação do *self* com os valores e as normas, entendendo-a enquanto uma relação, que, ainda que intersubjetivamente orientada por crenças, princípios e convenções de obrigação, é sobretudo uma relação praxiológica e corporalmente engajada – distante, portanto, da reflexividade sem corpo de certa sociologia pragmática. A moral é um campo histórico-sociológico definido e orientado não somente pela obediência a princípios, valores, regras e normas, mas também pela adesão refletida a ideais, compromissos, virtudes e aspirações éticas compartilhadas na forma de práticas, e práticas que constroem posturas, comportamentos e autocompreensões, formando uma tecnologia ou forma de subjetivação moral mais ampla.

No mesmo sentido, a experiência moral não é movida apenas por aquilo que Charles Taylor (1997, p. 16-17) chama de “sentidos de vida plena” e “avaliações fortes”. Novamente, é preciso prestar atenção no uso e emprego rotinizado de determinadas técnicas, exercícios e atividades moralmente constitutivas pelos indivíduos num dado contexto e segundo determinadas aspirações e concepções de sujeito moral. A ênfase de Foucault na ideia de

⁹ A noção de “técnicas de si” e sua operacionalização empírica por Foucault antecipa o que, mais tarde, Peter Sloterdijk (2013) intitulará de “antropotécnicas”, embora sem a explícita motivação de fundamentar uma antropologia filosófica ontologicamente orientada. Em um plano mais geral, não é exagero dizer, Foucault ensaja, com base na noção de técnicas de si, uma história das tecnologias de autosubjetivação.



ascese, no papel dos exercícios rotinizados e das técnicas empregadas para a constituição de tipos de sujeito moral e de relações com a verdade, como grade de leitura histórica não deixa dúvida quanto ao primado das práticas como categoria e unidade de análise da moral. Pode-se dizer, com segurança, que Foucault adota para a estudar a moral um enfoque da teoria da prática¹⁰ (RECKWITZ, 2002).

Por último, ao alçar as práticas de *autopoesis* do sujeito como uma questão relevante para compreender a história e a singularidade da moral, Foucault consegue elaborar uma solução da dicotomia sujeição/liberdade¹¹, muito presente no campo de estudo da moralidade. Se sua abordagem da moral está interessada, na verdade, nos processos de autoconstituição de modos de ser culturalmente valorizados e pessoalmente significativos para indivíduos e grupos, é indispensável colocar em primeiro plano a agência moral dos indivíduos sobre si próprios, sem esquecer, por óbvio, das interdependências com as instituições, grupos, dispositivos de poder, saberes, códigos.

Moralidade e subjetividade

A subjetivação moral não é possível sem problematizar a experiência que se tem de si próprio, sem atribuir sentido às próprias condutas, sem mobilizar saberes e lançar mão de recursos e atividades para exercitar e construir autorrelações e autocompreensões. O conceito de técnicas de si fornece a mediação conceitual para abrir a subjetividade enquanto um domínio da experiência moral que pode ser estudado pelo conhecimento fundamentado. A autorrelação prática que os seres humanos instauram consigo mesmos, ou seja, a subjetividade, existem enraizadas num campo positivo de historicidade, uma vez que estão, irremediavelmente, implicadas em práticas sociais, instituições, saberes, relações de poder, valores culturais, códigos prescritivos.

Para detalhar, com maior rigor, e fundamentar uma compreensão teoricamente mais depurada acerca de como ocorre o processo de constituição de si como sujeito moral em éticas históricas particulares, Foucault (1984a) elenca quatro operações combinadas e constitutivas

¹⁰ A teoria da prática se apresenta como uma perspectiva teórica alternativa aos entendimentos textualistas, culturalistas e intersubjetivista da ação. Ela enfatiza as práticas sociais como ponto de partida para a inteligibilidade dos fenômenos sociais. Para maiores detalhes, ver RECKWITZ, A. Toward a theory of social practices: a development in culturalist theorizing. **European Journal of Social Theory**, v. 5, n. 2, p. 243-263, 2002.

¹¹ Os escritos tardios de Foucault parecem se somar, com mais propriedade do que seus escritos da genealogia do poder, ao esforço de diversos outros autores que, a partir do último quartel do século XX, tentaram ultrapassar oposições conceituais variadas, como ação/estrutura, micro/macro e objetividade/subjetividade (ALEXANDER, 1987; ORTNER, 2006).



da relação moral consigo (“ética”). A determinação da 1) “substância ética”, ou, a parte de si que o indivíduo deve tomar e constituir como matéria principal de sua conduta moral, são exemplos a *aphrodisia* grega, a carne no cristianismo, a sexualidade moderna, as emoções e a identidade contemporâneas; 2) “o modo de sujeição”, as formas de reconhecimento e justificação das obrigações morais com a regra e sua prática, que podem ser apelos, por exemplo, a “ordem cosmológica”, a “vontade divina”, a “lei natural”, a “razão”; 3) o “trabalho ético” (asceticismo), isto é, as formas de elaboração e autoformação pelas quais os indivíduos atuam sobre si no sentido de transformar-se em sujeito moral, são exemplos o “cuidado de si” grego e a “hermenêutica de si” cristã; e, por último, a 4) “teleologia do sujeito moral”, os sentidos e propósitos buscados na constituição de um modo de ser característico do sujeito moral, exemplos: o sujeito do domínio de si entre os gregos, o sujeito purificado entre os cristãos, o sujeito racional e autônomo entre os modernos, o sujeito autêntico e singular no mundo contemporâneo.

Esse discernimento conceitual auxilia a organização da análise das diversas operações e dimensões envolvidas no processo de subjetivação moral. Não se trata de capturar uma racionalidade geral, pois como essas operações em suas formas concretas são historicamente variáveis, a subjetivação moral pode ser constituída de diversas maneiras, conforme diferentes lógicas, combinações, técnicas e preceitos. Para produzirem a si mesmos como sujeitos morais, os indivíduos ordenam e compõem avaliativamente uma multiplicidade de elementos materiais e simbólicos moralmente significativos em um dado contexto histórico e sociocultural. Se, por um lado, há envolvimento e reflexividade na produção moral de si, por outro, de maneira incorporada e tácita, a subjetivação moral é um processo que depende de certas fórmulas, princípios e ferramentas culturais compartilhadas, ainda que estas sejam socialmente seletivas e desiguais, segundo determinadas relações e marcadores relevantes no contexto em questão.

O desdobramento da moral para incluir, também, a subjetividade, a autorrelação produtora do sujeito, a um só tempo reflexiva e prática e definida numa agonística de práticas de poder e práticas de liberdade, não significa cair em um subjetivismo ou adotar um enfoque da fenomenologia do si mesmo. As práticas de si que formam a subjetividade não possuem como premissa, importante dizer, uma relação de transparência do agente consigo mesmo. Assim como a moral possui uma história na forma de diferentes práticas, tecnologias, sistemas de valores, podendo ser, por isso, estudada e compreendida, a subjetividade, como a pensa Foucault, também compreende um campo histórico com objetos, práticas sociais,



técnicas, instituições, saberes, relações e normatividades determinadas. Não é um ponto de partida, mas um ponto de chegada.

A novidade é que Foucault (2004; 2014a) sublinha que os indivíduos não são meros produtos da ação dos outros, eles também podem se autoconstituir (agir sobre si) enquanto sujeitos, ou seja, participar ativamente, e igualmente por meio de práticas e relações históricas analisáveis, da produção do que eles são ou almejam ser (subjetivação).

Em termos teóricos para a análise da moralidade, esse entendimento da subjetividade desloca o foco da ação moral. Graças a uma certa leitura de Durkheim e Parsons, é muito comum delimitar a ação moral ao processo de conformação entre regra e conduta, isto é, sobre como os indivíduos se adequam às expectativas e injunções morais segundo uma dada normatividade coletiva. Ainda que, como Durkheim, Foucault (1984a) concorda que a sociedade constitui a origem e o fundamento da moral, e não uma vontade divina ou razão universal, tal conclusão não lhe parece suficientemente esclarecedora e pertinente para o estudo da moralidade, de sorte que não é por essa trilha que ele pretende caminhar. Interessante, com efeito, o nível relacional entre subjetividade e moralidade, é nele que de fato o nosso autor assenta sua abordagem da moral. Com isso, o filósofo francês contorna duas armadilhas muito comuns no entendimento da questão moral: 1) o sociologismo, a redução da moralidade à ideia de hábitos e costumes socialmente aprovados em uma dada coletividade e 2) o escolasticismo, a primazia de concepções teórico-filosóficas em detrimento dos modelos morais cotidianos na experiência histórica.

Em sua “virada ética”, Foucault (1984a; 2004) não apenas reforça sua concepção não-substancialista de sujeito e sua recusa ao dualismo filosófico moderno entre um “sujeito transcendental” e sua vida empírica. Ele, na verdade, continua a demonstrar como, mesmo em um nível aparentemente mais íntimo e ensimesmado, como a relação reflexiva do sujeito consigo, se trata de uma forma relacional e aberta, mediada e constituída por práticas históricas analisáveis, com instituições, normas, esquemas de comportamento, saberes, técnicas.

Moralidade e poder

Como parte da genealogia do sujeito, a formação do sujeito moral, explica Foucault (1984a), mantém – em níveis e formas historicamente variáveis, nunca é demais insistir – uma relação com as estruturas de poder e de dominação, quer dizer, com as formas de governar os outros. A ética, no sentido definido aqui por Foucault (1984a), não está fora ou em oposição à



política - entendida como exercício de tecnologias de poder e de governo capazes de estruturar campos diversos de condutas.

Ao se prestar atenção na análise de Foucault sobre a vida ética e a experiência moral entre os gregos e no cristianismo, resulta bastante claro que sua abordagem leva em conta como as técnicas de poder e de condução dos outros cruzam e operam imiscuídas às maneiras de relação consigo e de autoconstituição do sujeito moral. A despeito da autonomia relativa da experiência moral em relação às técnicas de poder, entre elas existem interdependências e correlações. Os significados das práticas éticas e da singularidade histórica dos modos de subjetivação moral passam, irremediavelmente, por apreender as relações existentes entre estas últimas e as lógicas de poder com as quais se entrecruzam.

A moral clássica do uso dos prazeres, no mundo greco-romano, está enredada em condições políticas e em lógicas de dominação e desigualdade. Como bem se sabe, trata-se de uma moral explicitamente voltada para uma aristocracia de homens livres e bem posicionados e privilegiados no que tange às preocupações com a reprodução material de suas vidas. Portanto, homens que gozam de condições bastante favoráveis para estilizar, com afincamento e entusiasmo, suas condutas e para cultivar uma relação “entre o exercício de sua liberdade, as formas de seu poder e seu acesso à verdade” (FOUCAULT, 1984a, p. 219). Como ressalta Foucault (1984a, p. 219), é uma moral viril, assegurada “num sistema muito duro de desigualdades e de coerções – em particular a respeito das mulheres e dos escravos”.

O autodomínio de si, o *télos* da ética sexual clássica, é uma forma de provar, justificar e exercer a superioridade social, moral e estética sobre os outros. As éticas da antiguidade clássica estão assentadas em um princípio normativo segundo o qual o poder sobre si (“domínio de si”) é uma condição moral e política indispensável para governar os outros. Sem ser capaz de se autogovernar e de formar um caráter virtuoso e admirável, não se pode aspirar a governar, com justiça e racionalidade, os outros, seja na *polis* seja nos contextos domésticos (FOUCAULT, 1984a; 1985).

É na análise da subjetivação moral do cristianismo, no entanto, que melhor e mais detalhadamente pode-se examinar como, em Foucault, moralidade e poder interagem e funcionam. O cristianismo é uma religião caracterizada por uma experiência moral de forte sujeição e obediência. Seus fiéis devem cumprir certas obrigações de fé, seguir certos dogmas, reconhecer autoridades eclesiais, aceitar determinados livros e discursos como fontes de verdade e revelação. Ao contrário da moral no plural e da busca pessoal por criar éticas e estilos de vida do mundo greco-romano, o cristianismo pretende-se como uma moral única, codificada em um sistema universal de regras e de obrigações que, para garantir tal



pretensão, criou um poderoso e amplo aparelho institucional de poder (FOUCAULT, 2004, p. 290).

No entanto, em vez da estrutura e dinâmica de poder da igreja, Foucault (1984a, p. 31) passa em revista as práticas espirituais monásticas dos primeiros séculos da era cristã, como os rituais de confissão, retiros, jejuns, a direção da consciência. Nelas, o filósofo francês apreende um modo de subjetivação moral peculiar, qual seja: a produção de um sujeito dotado de uma espécie de “interioridade” e “verdade profunda” cujos movimentos, conteúdos e meandros devem ser sondados, conhecidos e confessados pelo próprio sujeito.

As relações consigo postas em prática pelo cristianismo, de reconhecer as tentações que se formam dentro da alma, são obrigações de verdade do sujeito consigo mesmo. Somente assim, por meio de uma relação de decifração e confissão de si, pode-se alcançar o modo de ser moral valorizado nesse contexto, um “estado de santidade, de purificação e de renúncia de si”. Tais práticas e obrigações constroem, portanto, uma subjetividade “alertada sobre suas próprias fraquezas, suas próprias tentações, sua própria carne” (FOUCAULT, 2006d, p. 71).

A constituição desse tipo de subjetividade, que se engaja na autodecifração sob a obediência e a sujeição aos outros, assim como a um sistema religioso de regras universais, é a base pela qual o cristianismo conforma, no mesmo gesto, a produção de um certo sujeito moral e o exercício de uma grande tecnologia de poder, intitulada por Foucault como “poder pastoral”. Para Foucault (2014b, p. 287), as técnicas e práticas de si cristãs ajudaram a dar vida a uma tecnologia política, que é, a um só tempo, totalizante (“governar e conduzir o rebanho”) e individualizante (“a alma de cada fiel, de cada pecador”). O poder pastoral cristão está baseado numa espécie de pedagogia segunda a qual os indivíduos precisam ser conduzidos pelos outros. Trata-se de uma tecnologia de direção das consciências e de condução das condutas, voltada para produzir um saber e extrair uma “verdade” sobre a “interioridade” dos indivíduos por meio de uma rede de relações de sujeição e obediência e de técnicas de confissão.

Para Foucault (2011), a contribuição do cristianismo para a história da subjetivação moral consiste exatamente na invenção e institucionalização de uma subjetividade confessional; a constituição de um sujeito moral que mantém consigo uma relação de obrigação de produzir um discurso de verdade sobre si mesmo (seus pensamentos, sentimentos, intenções, desejos) - e a ele se vincular - sob a dependência e obediência de um outro. Ainda hoje, em larga medida, esse modelo de subjetividade está na base da noção de sujeito dos discursos e práticas médicas, psiquiátricas e judiciais modernas.



Considerações finais

Neste trabalho, busquei discutir o enfoque teórico-metodológico do Foucault tardio sobre moralidade, assim como apresentar o seu vocabulário conceitual. O objetivo não foi realizar um exercício de exegese. O esforço desse trabalho consistiu em contribuir para a abertura de novas perspectivas e ferramentas analíticas úteis para pesquisa teórica e empírica. No campo sociológico, essa tem sido uma tarefa realizada por diversos pesquisadores examinando e avaliando os contributos teóricos de diferentes autores e linhagens teóricas, como, por exemplo, Ignatow (2009), nos EUA com o conceito de habitus de Pierre Bourdieu (2009) e aqui no Brasil, já mencionados Edmilson Lopes Junior (2010), Carlos Eduardo Freitas (2018) e Simone Brito (2011; 2019) pesquisando no campo das moralidades.

Identifiquei quatro coordenadas definidoras do quadro analítico foucaultiano e que podem orientar uma abordagem praxiológica da moral. A primeira consiste em estudar a moral do ponto de vista da constituição do sujeito. Para isso convém não tomar o sujeito moral como um dado prévio da razão ou assumir uma inerente competência normativa da agência do ser humano. Antes e sobretudo, abordar o sujeito como resultado de um processo de subjetivação moral, conforme práticas e relações determinadas cujas formas de produção do ser moral são variadas, compartilhadas e historicamente singulares.

Segundo, introduzir na moralidade o problema da subjetividade e da agência moral dos indivíduos. Quer dizer, as formas de relacionamento empregadas pelo sujeito para agir e pensar sobre si com o objetivo de tornar-se sujeito moral de suas ações. A clássica questão sociológica da internalização dos valores e normas é deslocada da mera conformação à regras exteriores para o terreno das relações entre ação moral e *self*, entendido enquanto a realização de um trabalho relacional de construção, rotinização, criatividade e reflexividade do agente sobre si mesmo e sua ação.

Terceiro, e, como consequência lógica dos pontos anteriores, abordar a moral a partir do primado das práticas, pois são elas as atividades formadoras e autoformadoras dos sujeitos morais. Em vez de apelar para totalidades, como cultura, sociedade, enfatizar modos de atuar e pensar, e como eles organizam as vidas morais cotidianas de grupos em contextos determinados e, dessa maneira, engendram éticas históricas particulares.

E, por último, a quarta coordenada, diz respeito às intersecções entre moral e poder. Identificar os vínculos e as afinidades entre o exercício do poder, suas estratégias e tecnologias, com as formas de constituição do sujeito moral, suas práticas e modos de ser particulares. Ou seja, expandir e integrar na análise das lógicas de poder e de dominação as



práticas de si que funcionam como produtoras e sustentadoras de relações assujeitamento e de formas sujeitadas de subjetividade moral.

Em conjunto, essas quatro coordenadas inspiram, a meu ver, um novo tratamento da moralidade. Elas ajudam a demarcá-la em um campo analítico e empírico específico e sem igualá-la e reduzi-la à cultura e ao social, entendidos de maneira holística e totalizante. Nesse sentido, estudar a moralidade é investigar os modos de subjetivação moral e as técnicas de si postos em prática para constituir de uma certa maneira um determinado campo de experiência das condutas e relações dos seres humanos consigo mesmos.

As preocupações e diretrizes básicas da abordagem foucaultiana para examinar a moral como subjetivação moral podem ser elencadas na forma das seguintes perguntas: que parte de si e das condutas os indivíduos tomam como objeto de reflexão, preocupação e ação moral? Quais significados e motivações orientam a prática moral que exercem sobre si? Que tipos de sujeito moral buscam construir e realizar? Que maneiras e meios eles dispõem e empregam para intervir e atuar sobre si? Quais efeitos são produzidos sobre os corpos? Que fins aspiram alcançar os indivíduos com sua prática moral? Como e a partir de que pontos as relações consigo e as relações de poder se cruzam, se reforçam e se integram em estruturas de dominação e coerção mais amplas?

Ora, as interrogações acima são, com efeito, questões de profundo interesse sociológico. Pode-se dizer que elas balizam as diretrizes de um programa de sociologia de moral, o qual eu gostaria de chamar de uma “sociologia das formas de subjetivação moral”. Nesse programa, a moral é entendida, praxiologicamente, como um feixe de práticas de formação do sujeito moral, práticas constituintes de formas morais de vida, de formas morais de ser e estar no mundo.

Uma sociologia das formas de subjetivação moral investigaria, portanto, as formas de constituição do sujeito moral na diversidade das relações, atividades e espaços da vida cotidiana, isto é, como valores, concepções de pessoa e ideais de conduta são incorporados por meio de práticas rotinizadas e autosubjetivadoras, produzindo determinados modos de ser moral. Na tarefa de investigar e compreender o mundo social e as relações humanas, parece-me ser esse um investimento de pesquisa que vale à pena experimentar.



REFERÊNCIAS

- ABEND, G. Two main problems in the sociology of morality. **Theory and Society**, v. 37, n. 2, p. 87–125, 2008. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/40211030#:~:text=In%20this%20article%20I%20address,the%20problem%20of%20value%20freedom>. Acesso em: 20 mar. 2021.
- ABEND, G. What's New and What's Old about the New Sociology of Morality. *In*: HITLIN, S.; VAISEY, S. (org.). **Handbook of the Sociology of Morality**. Nova York: Springer, 2010.
- ALEXANDER, J. O Novo Movimento Teórico. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 2, n. 4, p. 5-28, jun. 1987. Disponível em: http://anpocs.com/images/stories/RBCS/04/rbcs04_01.pdf. Acesso em: 20 maio 2020.
- BOLTANSKI, L.; THÉVENOT, L. **De la justification**: Les économies de la grandeur. Paris: Gallimard, 1991.
- BOURDIEU, P. **O senso prático**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.
- BRITO, S. M. Traçando os limites da sociologia da moralidade: Uma perspectiva adorniana. **Estudos de Sociologia**, Recife, v. 1, n. 17, 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revsocio/article/view/235234>. Acesso em: 20 jan. 2021.
- BRITO, S. M. Menos política, mais eficiência: uma análise sociológica das práticas de auditoria e produção de sentidos morais no campo burocrático. **Revista Brasileira de Sociologia**, v. 7, n. 15, p. 215-234, 2019. Disponível em: <https://rbs.sbsociologia.com.br/index.php/rbs/article/view/435>. Acesso em: 15 abr. 2021.
- BRITO, S. M.; FREIRE, A. T. F.; FREITAS, C. E. Sociologia da moral: Temas e problemas. *In*: FAZZI, R. C.; LIMA, J. A. **Campos das Ciências Sociais**: Figuras do mosaico das pesquisas no Brasil e em Portugal. Petrópolis, RJ: Vozes, 2020.
- FAUBION, J. **An Anthropology of Ethics**. Cambridge: Cambridge University Press, 2011.
- FOUCAULT, M. On the Genealogy of Ethics, An Overview of Work in Progress. *In*: DREYFUS, H.; RABINOW, P. **Michel Foucault**. Beyond Structuralisme and Hermeneutics. 2. ed. Chicago: The University Chicago Press, 1983.
- FOUCAULT, M. **História da sexualidade 2**: O uso dos prazeres. Rio de Janeiro: Graal, 1984a.
- FOUCAULT, M. À propos de la généalogie de l'éthique, un aperçu du travail en cours. *In*: DREYFUS, H.; RABINOW, P. **Michel Foucault**: Un parcours philosophique. Paris: Gallimard, 1984b.
- FOUCAULT, M. **História da Sexualidade 3**: O cuidado de si. Rio de Janeiro: Graal, 1985.
- FOUCAULT, M. **História da Sexualidade 1**: A vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 1988.



- FOUCAULT, M. **A hermenêutica do sujeito**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- FOUCAULT, M. Sexualidade e solidão. *In*: FOUCAULT, M. **Ditos & Escritos**: Ética, sexualidade e política. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006a. v. 5.
- FOUCAULT, M. **Ditos & Escritos**: Estética, literatura, pintura, música e cinema. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006b.
- FOUCAULT, M. Cuidado com a verdade. *In*: FOUCAULT, M. **Ditos & Escritos**: Ética, sexualidade e política. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006c. v. 5.
- FOUCAULT, M. Sexualidade e poder. *In*: FOUCAULT, M. **Ditos & Escritos**: Ética, sexualidade e política. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006d. v. 5.
- FOUCAULT, M. **Do governo dos vivos**: Curso no Collège de France 1979-1980. São Paulo: Centro de Cultura Social, 2011.
- FOUCAULT, M. Sobre a genealogia da ética: Um resumo do trabalho em curso. *In*: FOUCAULT, M. **Ditos & Escritos**: Genealogia da Ética, subjetividade e sexualidade. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014a. v. 9.
- FOUCAULT, M. As técnicas de si. *In*: FOUCAULT, M. **Ditos & Escritos**: Genealogia da Ética, subjetividade e sexualidade. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014b. v. 9.
- FOUCAULT, M. **Subjetividade e verdade**: Curso no Collège de France (1980-1981). São Paulo: Martins Fontes, 2016.
- FOUCAULT, M. **História da Sexualidade 4**: As confissões da carne. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2020.
- FREIRE, J. Uma caixa de ferramentas para a compreensão de públicos possíveis: um arranjo de sociologias pragmáticas. **RBSE**, v. 12, n. 36, p. 727-749, dez. 2013. Disponível em: <http://www.cchla.ufpb.br/rbse/FreireDos.pdf>. Acesso em: 10 maio 2021.
- FREITAS, Carlos Eduardo. **Entre compromissos e obrigações**: um estudo das experiências morais das classes médias e populares no Nordeste na perspectiva da nova sociologia da moralidade. 2018. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa-PB, 2018.
- HITLIN, S. Os contornos e o entorno na nova sociologia da moral. **Sociologias**, v. 17, n. 39, p. 26-58, maio/ago. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/soc/a/ywQB48bZ3LbvznDSWCbQjYs/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 13 mar. 2021.
- HITLIN, S.; VAISEY, S. **Handbook of the sociology of morality**. New York: Springer, 2010.
- IGNATOW, Gabriel. Why the Sociology of Morality Needs Bourdieu's Habitus. **Sociological Inquiry**, v. 79, n. 1, p. 98-114, 2009. Disponível em:



<https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/j.1475-682X.2008.00273.x>. Acesso em: 15 out. 2020.

KANT, I. **A Metafísica dos Costumes**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

LIDLAW, J. For an Anthropology of Ethics and Freedom. **The Journal of the Royal Anthropological Institute**, v. 8, n. 2, p. 311–332, 2002. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/3134477>. Acesso em: 15 fev. 2020.

LAMONT, M. **Money, Morals, and Manners: The Culture of the French and American Upper-Middle Class**. Chicago: University of Chicago Press, 1992.

LAMONT, M. **The Dignity of Working Men: Morality and the boundaries of race, class, and immigration**. Cambridge: Harvard University Press, 2000.

LOPES JUNIOR, E. As gramáticas morais da corrupção: Aportes para uma sociologia do escândalo. **Mediações**, Londrina, v. 15, n. 2, p. 126-147, jul./dez. 2010. Disponível: <https://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/8209>. Acesso em: 20 abr. 2021.

MacINTYRE, A. **Depois da virtude: Um estudo em teoria moral**. Bauru, SP: EDUSC, 2001.

McCAFFREE, K. Sociology as the study of morality. In: ABTRUTYN, S. (ed.). **Handbook of Contemporary Sociological Theory**. New York: Springer, 2016.

MILL, J. S. **A liberdade/Utilitarismo**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

ORTNER, S. B. **Anthropology and Social Theory: Culture, Power, and the Acting Subject**. Durham: Duke University Press, 2006.

RECKWITZ, A. Toward a theory of social practices: A development in culturalist theorizing?. **European Journal of Social Theory**, v. 5, n. 2, p. 243-263, 2002. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/13684310222225432>. Acesso em: 16 fev. 2021.

SLOTERDIJK, P. **You must change your life**. Cambridge: Polity Press, 2013.

TAYLOR, C. **Philosophical papers: Human agency and language**. Cambridge: Cambridge Press, 1985.

TAYLOR, C. **As Fontes do Self: A construção da identidade moderna**. São Paulo: Loyola, 1997.

WERNECK, A. Uma sociologia da compreensão a partir do par crítica e jociedade. **Civitas - Revista De Ciências Sociais**, v. 16, n. 3, p. 482-503, 2016. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/view/21941>. Acesso em: 15 mar. 2021.

WERNECK, A.; OLIVEIRA, L. R. C. (org.). **Pensando bem: Estudos de sociologia e antropologia da moral**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2014.



Como referenciar este artigo

FREIRE, A. T. F. Subjetivação moral e poder: Contribuições foucaultianas para a sociologia da moralidade. **Estudos de Sociologia**, Araraquara, v. 27, n. 00, e022011, jan./dez. 2022. e-ISSN: 2358-4238. DOI: <https://doi.org/10.52780/res.v27i00.13891>

Submetido em: 02/07/2020

Revisões requeridas em: 15/03/2021

Aprovado em: 23/12/2021

Publicado em: 30/06/2022

